

Unidade Nacional

Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
03 de setembro de 2018 - Nº 635 - www.sindipetrocaxias.org.br



NENHUM PETROLEIRO A MENOS

NA PR E CONTRA O PCR

Na manhã da sexta-feira, 31, o arco da REDUC amanheceu com mais um ato contra o golpe que está sendo dado nos direitos dos trabalhadores. Desta vez, os petroleiros da refinaria de Duque de Caxias, do TECAM e UTE-GLB se mobilizaram contra o Plano de Cargos e Remuneração, criado unilateralmente pela Petrobrás, sem debate com as entidades representantes dos trabalhadores.

“O PCR é fruto da contrarreforma trabalhista que visa acabar com o Acordo Coletivo de Trabalho. Além de ser inconstitucional, ele é individual e ainda vem com um brinde para comprar o PCAC do petroleiros, e iludi-los com algumas letras a mais”, afirmou o diretor do Sindipetro Caxias e da FUP, Paulo Cardoso, durante o ato na REDUC.

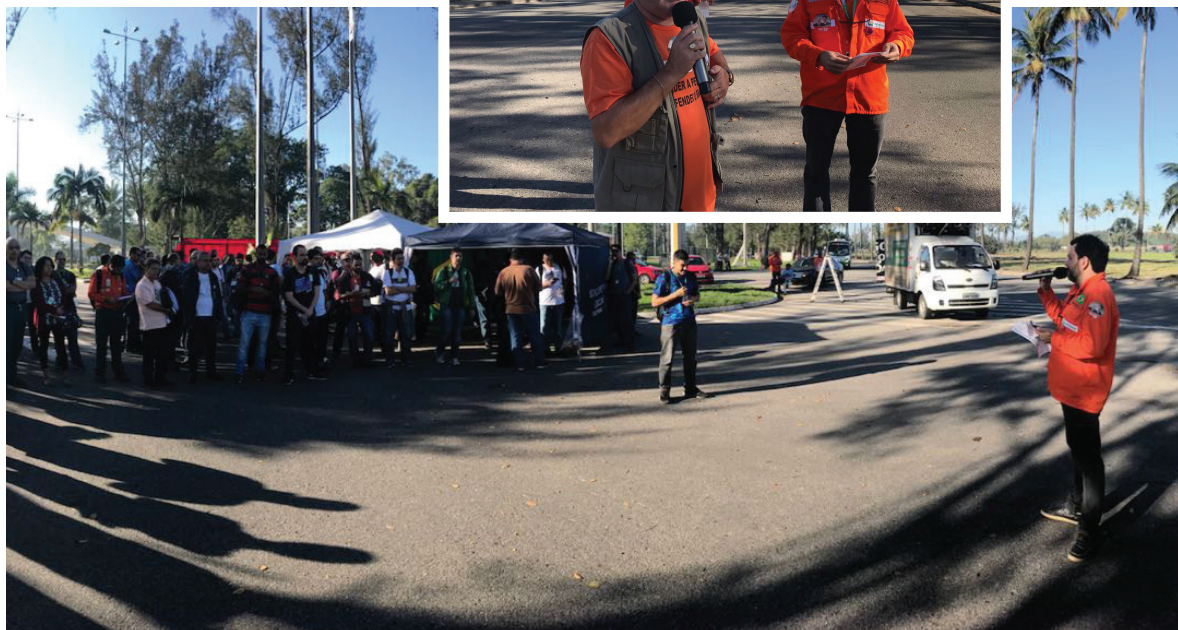
Além disso, os trabalhadores

também lutaram contra a discriminação imposta pelos gestores da empresa, que se recusam a pagar a PR para os trabalhadores da Araucária Nitrogenados (Fafen-PR), referente ao exercício de 2017. “A luta é por nenhum petroleiro a menos. Somos todos partes desta grande empresa que é o Sistema Petrobrás”, argumentou Simão Zanardi, coordenador geral da FUP.



FUP cobra do presidente da Petrobrás pagamento da PR para FAFEN-Araucária

Em ofício protocolado na quinta-feira (30) na Petrobrás, a FUP cobrou do presidente da empresa, Ivan Monteiro, que resolva o impasse da quitação da Participação nos Resultados (PR) referente ao exercício de 2017. A Federação reafirma que o pagamento para todos os trabalhadores do Sistema, além de estar pactuado em acordo coletivo, é uma questão de justiça.



FUP ajuíza ação contra Ivan Monteiro, diretores e conselheiros da Petrobrás

No dia 29, a FUP ajuizou Ação Civil Pública de improbidade administrativa contra o presidente da Petrobrás, Ivan Monteiro, e também contra os integrantes da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, por terem deliberado o pagamento do incentivo ao Plano de Cargos e Remuneração.

Além do argumento constitucional, o PCR também é um ilícito trabalhista,

posto que a adesão individual, em boa parte dos casos não se enquadra sequer na CLT modificada pelo Golpe de Estado, conforme parágrafo único de seu Artigo 444.

A definição sobre quem restituirá o dinheiro, e como o fará, caberá à Justiça Federal. Uma vez que a restituição dos valores pagos indevidamente é prevista pela Constituição e legislação aplicável.



TJRJ mantém suspensa liminar do equacionamento do PP-1

No dia 29/08/2018, foi realizada na 23ª Câmara Cível do Rio de Janeiro, o Julgamento do Agravo Apresentado ela pela Petros, que pleiteava a suspensão da Liminar em que o Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias foi vencedor.

No julgamento, foi decidido que a suspensão da cobrança não deveria ser feita por liminar, como deferido pelo Juízo da 5ª Vara Cível de Caxias. Foi ponderado pelos julgadores que

a matéria é complexa e que deveria ter todo o lastro probatório a ser apreciado antes de ser realizada qualquer decisão, inclusive a de suspensão da cobrança.

Desta forma, foi dado o provimento ao Agravo da Petros para que continuasse a cobrança do equacionamento, nos moldes apresentados pelo fundo de pensão.

Destaca-se que o mérito da ação ainda não foi julgado. O que foi decidido até o momento pelo TJRJ foi

que a Liminar de não pagamento não pode permanecer, vez que necessário o julgamento da ação originária com a produção de provas. Assim, até o momento foi caçado os efeitos da liminar que determinavam a suspensão da cobrança.

Entretanto, ainda não foi julgado o mérito (o direito) na presente causa. Aguardaremos o julgamento do mérito pelo Juiz da 5ª Vara Cível de Caxias.

Conselheiros cobram suspensão da nova metodologia de apuração da cota dos planos da Petros

Os conselheiros eleitos Paulo César Martin e Norton Almeida, questionaram nesta terça-feira (28) a Petros sobre a mudança na metodologia de apuração das cotas dos planos de previdência complementar, anunciada ontem (27) pela Fundação.

A alteração foi feita de forma unilateral, apesar dos questionamentos que foram feitos pelos representantes dos trabalhadores no Conselho Deliberativo, no último dia 22 de agosto, quando o assunto foi pautado pela direção da

Petros.

Com a mudança da metodologia, a cota do Plano Petros-2, por exemplo, passará a ser calculada com base no patrimônio do Plano e não mais na rentabilidade dos investimentos.

“No caso do PP2, que é um plano de contribuição variável com paridade no custeio dos benefícios com as patrocinadoras, ao se deduzir do valor da cota as provisões judiciais está se transferindo para o participante, indevidamente, todo o ônus dessa conta,

pois ele terá seu benefício reduzido na proporção da redução da cota”, afirmou Norton Almeida, destacando que “é inadmissível que a diretoria da Petros implemente uma mudança que afeta todos os participantes sem esclarecer as dúvidas de seus representantes”.

Os Conselheiros eleitos cobraram do presidente do Conselho Deliberativo, Afonso Granato, a suspensão dessa decisão até que o Conselho volte analisar a questão.

STF libera terceirização irrestrita para todas as atividades



A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal decidiu, na quinta-feira 30, que a terceirização irrestrita é constitucional. Na quinta e última sessão para discutir o tema, o Supremo Tribunal Federal (STF)

decidiu liberar a terceirização, independentemente de setor ou atividade, como queriam as representações patronais.

Por 7 votos a 4, a Corte acatou os dois recursos julgados conjuntamente: a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 e o Recurso Extraordinário (RE) 958.252, cujos relatores, ministro Luís Roberto Barroso e ministro Luiz Fux, foram favoráveis à prática da terceirização sem restrições, como queriam os empresários.

A terceirização ampla e irrestrita para todos os setores da economia, inclusive do setor público, passa a ter o aval do STF, após já ter sido sancionada em lei no ano passado por Michel Temer. Até então, a terceirização de atividade-fim era vedada pela Súmula 331, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), editada em 2011, que proibia essa prática e vinha sendo aplicada pela Justiça do Trabalho nos contratos assinados antes da atual legislação entrar em vigor.

Ação de parada de manutenção

Atenção petroleiros que trabalharam na parada de manutenção denominada Parada Geral Programada da REDUC - junho de 2013, realizada nos dias 14 de junho de 2013 a 20 de agosto de 2013. Observando o trânsito em julgado deste processo, a assessoria jurídica do Sindipetro Caxias vai

começar a recolher a documentação para dar início à execução.

Desta forma, solicitamos que todos os trabalhadores que participaram da parada, separem os contracheques e folha de ponto de um mês antes da parada, os do período da parada e os de um mês após a parada.

Deverão ainda separar cópia da

identidade, CPF, FRE, DIP ou qualquer outro documento de convocação para a parada.

Os documentos deverão ser impressos e em momento oportuno será informado o valor do pagamento do cálculo. Após separarem toda documentação aguardem a orientação do Sindicato para entrega.

Vazamento de H2S faz mais quatro vítimas de insegurança na REDUC

Na tarde de sexta-feira, 31, às 15h20, durante o processo de partida operacional depois de passar por uma manutenção programada na unidade de Hidrotratamento (HDT) de QAV e Diesel (U-2700), ocorreu um vazamento de gás H2S em sua linha do flare.

Durante o acidente, uma equipe de profissionais estava abrindo a linha do flare para a instalação de uma raquete e quatro trabalhadores terceirizados da empresa Herbert Engenharia que estavam próximos desmaiaram na área, devido a

contaminação pelo gás e foram removidos para o setor médico da refinaria.

No final do dia, o vazamento já tinha sido contido pela brigada de incêndio e pelos operadores da unidade. Os trabalhadores acidentados já estavam estáveis e fora de risco de morte.

Vale lembrar que os efeitos de intoxicação do H2S, ou gás da morte, são como aos do monóxido de carbono, porém mais intensos podendo causar danos permanentes. Este gás tóxico paralisa o sistema

nervoso que controla a respiração, incapacitando os pulmões de funcionar, provocando a asfixia.

Esses trabalhadores tiveram sorte desta vez. A direção do Sindipetro Caxias alerta a todos os trabalhadores a prezarem por suas vidas, usem os equipamentos de segurança e usem seu direito de recusa ao perceber situações de risco. A direção continuará acompanhando a investigação para saber os motivos do vazamento.

Brigada Petroleira volta a Brasília em defesa dos trabalhadores

Esta semana, a Brigada Petroleira estará novamente em Brasília para combater o desmonte dos direitos dos trabalhadores e barrar as privatizações que vem ocorrendo no Brasil desde o golpe, em 2016.

A Brigada Petroleira percorrerá novamente os corredores do Congresso Nacional na tentativa de impedir que seja aprovado no Senado o Projeto de Lei Complementar 078/2018, que autoriza a Petrobrás a abrir mão de 70% dos cinco bilhões de barris de petróleo da Cessão Onerosa do Pré-Sal. O texto, de autoria do deputado federal José Carlos Aleluia (DEM-BA), foi aprovado a toque de caixa pela Câmara dos Deputados Federais, no dia 20 de junho, sem qualquer debate nas comissões.

A ideia é retornar aos gabinetes dos parlamentares, para conseguir o



compromisso dos senadores de que envolvam a sociedade neste debate e que o projeto percorra todo trâmite

regimentar, passando pelas devidas comissões para que seja avaliado e amplamente discutido

Levantaremos a bandeira de Lula, Haddad e Manu e eles levarão a nossa bandeira em cada canto do país!

Mais uma vez nos encontramos diante de uma encruzilhada histórica. As eleições de 2018 são uma batalha fundamental na luta que travamos desde 2015 em defesa da democracia, dos direitos e da soberania.

O golpe no Brasil é parte de uma ofensiva internacional do capitalismo neoliberal, diante de um cenário de crise econômica internacional de longa duração. No Brasil, o impeachment da Presidenta Dilma, sem crime e sem provas, foi a forma mais rápida de derrubarem um governo legítimo, que promovia a inclusão social e a redução das desigualdades e colocar no lugar um projeto de retrocesso político e social, sem respaldo popular.

Os representantes das classes dominantes no parlamento, no judiciário, na mídia liderada pela Rede Globo e aqueles que vivem da especulação financeira são os patrocinadores e protagonistas desse golpe. É por isso que o maior líder popular brasileiro hoje é um preso político. Enclausuravam Lula para continuar o assalto ao Brasil.

Lula segue sendo a principal liderança política do Brasil. Sua história e sua candidatura é expressão da luta de classes no Brasil. Por isso ele reúne em torno de si um apoio popular crescente

e, portanto, as melhores condições de derrotar o golpe em curso. É por isso que ele está preso. É por isso que defendemos Lula Presidente. É por isso que, a partir de agora, nós levantaremos a bandeira de Lula, Haddad e Manu e eles levarão a nossa bandeira em cada canto do país. (...) A militância dos movimentos sociais, através das suas formas de luta e organização, deve dedicar seus melhores esforços para construir a vitória de Lula.

Está na hora de o povo brasileiro voltar a decidir sobre os caminhos que o País deve seguir, resgatar a soberania popular, ter seu voto respeitado e contado. O povo quer poder votar em Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Haddad e Manuela D'Ávila.

Nossa luta não começou e não terminará nas eleições. Independente do resultado, vamos continuar construindo um caminho de unidade em torno de um projeto para o País e de uma aliança com as forças populares, progressistas e patriótica. Precisaremos de muita luta e unidade para reverter os ataques à classe trabalhadora e abrir um novo período de democracia, inclusão, desenvolvimento, crescimento e soberania no Brasil.

#O
BRASIL
FELIZ
DE
NOVO
LULA

Fernando Haddad



Manuela D'Ávila



Luiz Inácio Lula da Silva e José Maria Rangel
Foto: Paulo Neves

São Paulo, 31 de Agosto de 2018
Frente Brasil Popular